

## **COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS**

### **PROJETO DE LEI Nº 473, DE 2003**

Dispõe sobre serviços cadastrais de consumidores.

**Autor:** Deputado Luiz Alberto

**Relator:** Deputado João Alfredo

#### **I - RELATÓRIO**

O projeto de lei em epígrafe, apresentado pelo nobre Deputado Luiz Alberto, estabelece normas para a constituição e funcionamento de empresas que fornecem, a terceiros, informações cadastrais de consumidores.

Estabelece, entre os requisitos para a obtenção de licença para funcionamento, expedida por órgão do Poder Executivo Federal, a manutenção de atendimento através da rede mundial de computadores (Internet) e de rede de atendimento telefônico gratuito.

Veda a inclusão de informações negativas por dívidas decorrentes da prestação de serviços contínuos como água, energia elétrica, condomínio, telefone, educação, e locação de imóvel. Esta

vedação é estendida à inadimplência pelo consumo de serviços médico-hospitalares e do pagamento de tributos.

Na justificação apresentada, o Autor destaca a importância dos serviços cadastrais, ao desestimular a ação de maus consumidores. Ressalta, entretanto, que a falta de regulamentação desta atividade permite a ocorrência de distorções, como a prática de medidas arbitrárias dos credores e dos prestadores dos serviços cadastrais.

Nos termos regimentais (art. 24, II), compete-nos manifestar sobre o mérito da proposição.

## **II – VOTO DO RELATOR**

Consideramos altamente meritória a iniciativa do ilustre Deputado Luiz Alberto. Realmente, os serviços de cadastros de consumidores são essenciais à organização de uma economia baseada na livre iniciativa. Entretanto, são conhecidos inúmeros abusos cometidos pelos prestadores daqueles serviços, o que requer sua regulamentação.

Consideramos adequada a regulamentação proposta. Apoiamos a instituição de um órgão próprio para regular a constituição, funcionamento e fiscalização das empresas prestadoras dos serviços cadastrais.

Também entendemos imprescindível que estas empresas ofereçam atendimento através da Internet e de rede telefônica com discagem direta gratuita de qualquer parte do país.

Por outro lado, o dispositivo mais polêmico da proposição em exame é o artigo 4º, que veda a inclusão, no cadastro do consumidor, de informações negativas sobre dívidas decorrentes da prestação de serviços contínuos de habitação, incluindo: água, energia elétrica, telefone, locação de imóvel e taxa de condomínio.

Concordamos com a exclusão das dívidas de serviços de água, energia elétrica e telefone pelo fato de os

fornecedores já disporem de um instrumento extremo, que é o corte do serviço.

No caso da locação de imóveis e taxas de condomínio, o problema é mais complexo. A inclusão da inadimplência nos cadastros irá impossibilitar a entrega do imóvel, já que o inquilino inadimplente não terá a opção de procurar outro imóvel, de aluguel mais baixo. É claro que o problema agrava-se pela morosidade da justiça nas ações de despejo.

Nos casos dos serviços médico-hospitalares e de educação, há que se considerar a sua essencialidade e a falta da sua oferta adequada pelo Estado, para o qual, nos termos constitucionais (arts. 196 e 205), a saúde e a educação são seus deveres.

Desta forma, concordamos com a vedação disposta pelo art. 4º.

Pelo acima exposto, opinamos favoravelmente pela aprovação do Projeto de Lei nº 473, de 2003.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2003

Deputado João Alfredo  
Relator